



DIREITO TRIBUTÁRIO

 **Estratégia**
OAB

II – SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO TRIBUTÁRIO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Em 15/02/2021 o Município Alfa ajuizou Ação de Execução Fiscal em face de João da Silva perante a 1ª Vara das Execuções Fiscais da Comarca de Alfa, objetivando a cobrança do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana relativo aos exercícios de 2012 a 2015, notificados por meio do envio do carnê (lançamento) ao endereço do contribuinte, conforme Súmula nº 397 do STJ. A propriedade imóvel objeto da tributação a que se refere a cobrança judicial está localizada na área de expansão urbana do Município Alfa e sempre foi comprovadamente utilizada na exploração agrícola. Após a primeira tentativa de citação o Procurador da Fazenda Pública Municipal obteve a informação, por meio de certidão e outros documentos juntados aos autos, que o Executado João da Silva havia falecido no ano de 2010, tendo deixado seu único filho, Ricardo da Silva, como herdeiro e sucessor, que se mantém na posse do imóvel até hoje, já que o inventário dos bens deixados pelo *de cujus* nunca foi realizado. Diante disso o Procurador do Município apresentou nos autos uma emenda à CDA - Certidão da Dívida Ativa que acompanha a inicial da Execução Fiscal, a qual indica Ricardo da Silva como contribuinte do imposto, em face de quem requereu, por petição, a continuidade do processo de cobrança, o que foi deferido pelo Juízo da Execução. Ricardo da Silva foi citado na Execução há 10 (dez) dias e, após nomeação de bens, que foram aceitos pela Fazenda Pública, formalizou-se a penhora em valor suficiente à garantia da referida execução. Após 16 (dezesesseis) dias contados da data da intimação da penhora ele procurou você para que promova a sua defesa em face da referida cobrança judicial, de modo a obstar, também e imediatamente, a indevida excussão dos bens que foram penhorados. Diante do exposto, considerando que o devedor não tomou qualquer providência em relação aos débitos após a notificação do lançamento e que o Município também não adotou qualquer medida judicial entre a notificação dos lançamentos e o ajuizamento da execução fiscal, redija, como Advogado(a) de Ricardo da Silva, a peça prático-profissional pertinente para a defesa dos interesses do seu cliente, indicando o prazo, seus requisitos e os seus fundamentos, nos termos da legislação vigente. **(Valor: 5,00)**

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão do cliente

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

A sociedade empresária Alfa, que possui sede e estabelecimento no Estado X, produz e exporta soja para o exterior do país. Para tanto, contrata os serviços de transporte interestadual de mercadorias que são prestados pela empresa Transportadora Beta, que transporta a soja do estabelecimento da empresa Alfa, situado no Estado X, para o Porto Marítimo localizado no Estado Y, onde é embarcada em navios com destino ao exterior do país. Ao constatar, em procedimento de fiscalização, que a Transportadora Beta não havia recolhido o ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços sobre a prestação do serviço de transporte interestadual em questão, os agentes fiscais estaduais retiveram as mercadorias que estavam sendo transportadas para o Porto Marítimo, destinadas à exportação, e condicionaram a liberação ao pagamento do referido imposto sobre a prestação do serviço de transporte. Com base no caso descrito, responda, fundamentadamente, aos itens a seguir:

A) A exigência do ICMS sobre a prestação de serviço de transporte interestadual, assim como realizada pelo Fisco Estadual, está correta? **(Valor: 0,65)**

B) A apreensão de mercadorias, assim como realizada pelo Fisco Estadual, está correta? **(Valor: 0,60)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Antônio Benedito, aposentado há 5 anos, estava apresentando alguns problemas de saúde e, por isso, foi internado em um hospital particular, custeado pelo seu convênio médico. Após realizar alguns exames foi constatado que ele está com neoplasia maligna (câncer). Diante disso ele requereu a concessão de isenção do IRPF - Imposto sobre a Renda da Pessoa Física junto à Receita Federal do Brasil, com fundamento no art. 6º, inciso XIV, da Lei Federal nº 7.713/88, apresentando, juntamente com seu requerimento, todos os exames, laudos e uma declaração do médico do hospital particular onde esteve internado. Contudo, a autoridade fiscal competente indeferiu o seu pedido de isenção, sob o argumento de que seria indispensável a apresentação de um laudo médico oficial, conforme exigido pelo art. 30 da Lei Federal nº 9.250/95, e não de médicos privados. Diante dessa decisão, Antônio Benedito pretende buscar a declaração do seu direito à isenção na via judicial. Com base no caso descrito, responda, fundamentadamente, aos itens a seguir:

A) O magistrado pode reconhecer o direito à isenção do IRPF em questão somente com base em documentos (exames, laudos e declaração) fornecidos por médicos particulares, isto é, sem um laudo médico oficial?
(Valor: 0,65)

B) Acaso Antônio Benedito deixe de apresentar os sintomas da enfermidade após o tratamento adequado, a isenção de IRPF já concedida deverá ser revogada, nos termos do art. 179, § 2º, do CTN, já que ele deixou de cumprir o requisito para o reconhecimento do benefício fiscal, que é ser portador de moléstia grave?
(Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

A instituição de assistência social sem fins lucrativos XYZ requereu ao órgão competente, por meio de petição apresentada em 05/10/2017, a expedição do CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em razão da imunidade tributária a que tem direito. No momento da apresentação do pedido a instituição atendia - e permaneceu atendendo - a todos os requisitos legalmente exigidos para o reconhecimento da imunidade tributária. A autoridade competente deferiu o pedido por meio de decisão administrativa proferida em 10/06/2021, emitindo, assim, em 07/12/2021, o CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, apesar de ter constado, na documentação apresentada, que a instituição gera superávits mensais, considerados lucros, que são integralmente reinvestidos na sua atividade assistencial. Alguns meses após a expedição do CEBAS, ainda válido, a instituição recebeu notificação, expedida pela Receita Federal do Brasil, exigindo o recolhimento do IRPJ - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica dos exercícios de 2018, 2019, 2020 e 2021, sob o argumento de que o CEBAS produz efeitos, para fins de reconhecimento do direito à imunidade, a partir da data de sua emissão, sendo devido, por isso, o imposto relativamente aos exercícios anteriores. Com base no caso descrito, responda, fundamentadamente, aos itens a seguir:

A) Considerando que a decisão que deferiu o pedido foi proferida em 10/06/2021 e que o CEBAS foi emitido em 07/12/2021, o IRPJ cujos fatos geradores ocorreram nos exercícios de 2018, 2019, 2020 e 2021 é devido pela instituição? **(Valor: 0,65)**

B) A autoridade competente deveria ter indeferido o pedido formulado pela instituição ao ter constado que ela gera superávits mensais, considerados lucros? **(Valor: 0,60)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Com o objetivo de estimular a indústria automotiva nacional, o Presidente da República publicou o Decreto nº 10.979/2022, reduzindo as alíquotas do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre veículos automotores. De acordo com tal decreto, suas disposições são de aplicação imediata, a partir da data da sua publicação. Com base no caso descrito, responda, fundamentadamente, aos itens a seguir:

A) A redução da alíquota do IPI pode se dar por meio de um ato do Poder Executivo? **(Valor: 0,65)**

B) A alíquota reduzida do IPI pode ser exigida imediatamente, a partir da data da publicação do Decreto? **(Valor: 0,60)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

